A Noção de documento digital: uma abordagem terminológica

Jessica Câmara Siqueira

RESUMO

A noção de documento, até início do século XX, esteve principalmente associada ao material em que eram fixados os registros de informação. Contudo, após esse período, ocorreu uma mudança de perspectiva no modo de se enxergar o documento, a Redocumentarização, que enfatizou a função do documento como elemento chave para a mediação cultural. Todavia, além desse viés sociocultural, surge nesse contexto de mudanças sociais e tecnológicas, a noção de documento digital. Tal conceito, apesar de sua difusão ter trazido alguns equívocos terminológicos, como o fato de ser superestimado em detrimento ao "documento tradicional", ou até entendido como sinônimo de documento hipertextual. Considerando tais equívocos e com o intuito de compreender a natureza do documento digital, foi feita uma análise terminológica de sua definição. Para isso foram utilizados dois procedimentos metodológicos: primeiramente a revisão bibliográfica, com intuito de retomar o contexto de origem e surgimento do documento digital; e depois a pesquisa aplicada, utilizando-se as técnicas da análise terminológica, com uso de fichas terminográficas e mapas conceituais. Por fim, foi possível constatar que, apesar da natureza dinâmica e fluída do documento digital, ele é apenas uma modalidade da noção de documento, que no contexto digital não se fragiliza, mas, ao contrário, se ratifica.

PALAVRAS-CHAVE:Documento. Documento digital. Redocumentarização. Terminologia.

1 Introdução

Durante muito tempo a ideia de documento esteve principalmente associada ao material em que eram fixados os registros de informação, o suporte. Contudo, com os avanços tecnológicos e o desenvolvimento de outros tipos de suportes informacionais, com destaque para o meio digital, observou-se o surgimento de outra propriedade documental, a fluidez. Levy (1994), em seu famoso artigo *Fixy or fluid? Document stability and new media* aborda tal situação, enfatizando que, ao contrário do que muitos afirmam a fluidez do documento digital não vem substituir a estabilidade do documento em suporte de papel, já que na verdade hoje, todos os documentos, independentes de seu meio, são fixos e fluídos.

Para Levy (1994) é comum que a ideia de documento oscile entre dois polos: o fixo, por certo período de tempo para servir necessidades humanas determinadas; e o fluído, para realizar as mudanças necessárias para as adaptações circunstanciais (conjecturas) do contexto. Enquanto o primeiro é marcado principalmente pela invariabilidade e estabilidade, o outro mais volátil possui uma natureza mais dinâmica e interativa. Porém o autor lembra que se deve considerar a relatividade que envolve ambos os conceitos. Um documento, mesmo no suporte de papel, aparentemente estático, pode sofrer mudanças, a exemplo de uma obra literária, como *Ulysses* de Joyce, reescrita por sete anos, e com alterações em cada edição. Ou ainda um documento digital, aparentemente efêmero, deve ser capaz de ter alguma estabilidade, tanto para ser considerado um registro de informação, como para fixar-se em um meio para difundir-se.

Levy (1994) conclui dizendo que, como os documentos surgem para responder a uma necessidade humana, criando "estabilidade" em um meio cheio de mudanças, o que leva algo a ser fixo ou fluido é o contexto. Ou seja, a questão é indagar-se sobre "o quê?", "quando", "como" e "por quê?" um documento, independente de seu suporte, será mudado. Outros autores também tratam da questão da estabilidade e fluidez no âmbito documentário, a exemplo de Zacklad (2005) e Drucker (2007) ambos incorporados no detalhado texto de Lund (2009) *Document theory*, que traça um panorama da noção de documento, de Otlet aos dias de hoje.

Zacklad (2005) afirma que a chave para a criação de um documento seria o aspecto da estabilidade, propriedade que permitiria a circulação do documento através do tempo/ espaço e de diferentes comunidades de uso. Nesse viés, o autor enxerga o documento como um "produto semiótico" que poderia ser transcrito ou registrado num substrato dotado de atributos específicos que permitiriam seu acesso, recuperação e uso. Já

Drucker (2007) ao falar da natureza do documento ressalta seu aspecto fluido. Para ele, a noção de documento é visualizada como campos de relações movediças, que estão momentaneamente estabilizadas num artefato, que existe num determinado tempo/espaço, somente constituído por meio de atos de intervenção de um agente. Dessa forma, notamos que além da dimensão física e abstrata, o autor destaca o aspecto sociocultural (LUND, 2009).

Outro texto que também destaca o papel do agente na compreensão da noção documental é *Translating media: why we should rethink textuality* (2003) de Hayles. Nesse artigo, a autora começa afirmando que a noção de documento deve ser encarada considerando seus diferentes níveis de materialidade. Segundo ela, esse aspecto ganhou maior visibilidade no contexto contemporâneo, com o impacto da tecnologia digital no âmbito documentário. Todavia, Hayles destaca que mais importante que discutir as diferenças físicas entre os níveis de materialidade de um registro informacional, é essencial considerar o ponto de vista de quem está interpretando tal documento.

Com o intuito de compreender as nuances da natureza do documento digital é feita uma análise terminológica de sua definição. Partiu-se do princípio que a Terminologia tem instrumental para identificar os conceitos, termos e sua organização sistêmica em domínios. Se do ponto de vista teórico a Terminologia oferece princípios para a análise terminológica, do ponto de vista do método, a Terminografia oferece ferramentas concretas para o desenvolvimento do trabalho (CABRÉ, 1999).

Quanto aos procedimentos metodológicos, primeiramente foi feita a revisão bibliográfica, com intuito de retomar o contexto de origem e surgimento do documento digital. Num segundo momento foi feita a pesquisa aplicada, utilizando-se as técnicas da análise terminológica, com a utilização de fichas terminográficas, elaboradas com base nos modelos de Barros (2004), fichas de coleta e trabalho, e Cabré (1999) fichas de síntese. E por fim, como síntese, é apresentada uma representação visual com auxílio do *CmapTools* (INSTITUT FOR HUMAN AND MACHINE COGNITION, 2007), destacando os principais traços do termo.

A seleção dos textos para análise terminológica foi motivada por dois critérios: o cronológico, delimitando artigos dos últimos dez anos (principalmente pesquisados nas bases de dados internacionais do Portal Capes); geográfico, optando-se por selecionar autores franceses; e temático, já que os autores escolhidos fazem parte da linha de pesquisa que estuda a Redocumentarização. Esta escolha pode ser argumentada por três razões: por ser a linha de estudo considerada como berço da tradição documentária; uma perspectiva de estudo ainda pouco difundida no país e pelo fato

do movimento da Redocumentarização, representar um "novo olhar" sob a Documentação nos dias de hoje.

2 As Noções de documentação e redocumentarização

As origens da Documentação remontam ao final do século XIX, com o aumento da produção bibliográfica, pesquisa científica e o surgimento de novos suportes. Esses fatos acarretaram o desenvolvimento de outras técnicas para organização e administração da informação. A Bibliografia, que até então se dedicava a isso, não dava mais conta de tais necessidades (ORTEGA, 2009). Nesse contexto, as bibliotecas públicas voltam-se à educação da massa trabalhadora, produzida pela Revolução Industrial, e os arquivos buscam se institucionalizar e com isso resolver seus problemas de organização da informação. A Documentação, por sua vez, surge simultaneamente às atividades da biblioteca pública e das práticas documentais, com o diferencial de "[...] acompanhar o documento desde o instante em que ele surgia da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor." (OTLET, 1997, p.115).

Os patronos das diretrizes da Documentação foram Paul Otlet e La Fontaine, que sistematizaram conceitos para Documentação a partir de estudos bibliográficos. Com destaque para Otlet em sua obra clássica, o *Traité de Documentation* (1934), o autor enunciou de forma revolucionária para o período a ideia de documento. Parte do termo genérico, *biblion*, cujo significado associa-se a uma unidade intelectual e abstrata, que poderia ser representada concretamente em diferentes modalidades, com ênfase maior do autor para o livro. No entanto, com o intuito de não limitar seu conceito a uma tipologia, Otlet propõe o uso da palavra "documento", de teor mais abrangente, e que poderia representar qualquer coisa em que o conhecimento pudesse ser registrado e que se reconhecesse alguma propriedade informativa.

A noção de documento esboçada por Otlet foi consolidada por seus discípulos, especialmente os franceses, responsáveis por disseminar o estudo da Documentação na Europa, que teve seu apogeu na primeira metade do século XX. Desses principais discípulos destacaremos quatro: Suzane Briet (1951), Escarpit (1976), Meyriat (1981) e Fondin (2005).

Briet, funcionária da Biblioteca Nacional Francesa e discípula direta de Otlet, depois do período de inércia da Documentação, durante a Segunda Guerra, retoma parte do trabalho de seu mestre e lança sua obra clássica, *Qu'est-ce que la documentation?* (1951). Nessa obra, a autora, numa primeira definição, enuncia documento como uma base de conhecimento fixada material-

mente capaz de ser usado para "consulta", "estudo" ou "prova". Num segundo momento, depois de críticas de filósofos e linguistas, e numa conceituação mais abstrata, Briet define documento como signo indicial, de natureza concreta ou simbólica, que pode ser preservado ou registrado para fins de representação, reconstituição ou prova de um fenômeno físico ou intelectual. Tal noção permitiria uma atuação tanto sígnica quanto simbólica do documento. Nessa perspectiva, Briet inicia uma fase hermenêutica na Documentação, pois entende o documento como um produto de uma ação interpretativa, ou seja, o aspecto valorativo de um documento acaba sendo dado *a posteriori*, fruto de uma conjuntura social e cultural envolvendo o sujeito (RABELLO, 2009).

Escarpit (1976), também aproveitando os preceitos de Otlet, aproxima a noção de documento com a noção de informação. Para ele o documento seria um objeto informacional visível ou palpável, que possuía uma dupla independência em relação ao tempo: a sincronia (independência interna da mensagem) e a estabilidade (independência global do objeto informacional). A sincronia e estabilidade se manifestariam a partir de três funções: a icônica (sincronia interna da mensagem visual para sua inscrição em um objeto estável), a discursiva (criação de uma imagem espacial estável em um discurso inscrito no tempo) e a documentária (estabilização do conjunto da mensagem sobre um suporte que a torne independente no tempo). Nesse viés, Escarpit toma o documento como meio de constituição de um saber, não mais restrito à visão cronológica e linear de eventos, mas como um elemento potencialmente explorado revelando uma produção informacional nova (ORTEGA; LARA, 2010).

Outro autor clássico da linha francesa é Meyriat (1981), que assim como Escapit (1976), também considera o documento como um objeto de caráter durável que dá suporte à informação e a comunicação. Nesse viés o documento não é um mero dado, mas o produto de uma vontade, voltado a informar ou se informar. Assim um objeto pode ser considerado documento, mesmo que a vontade de seu criador seja outra. Portanto, a definição de documento não se impõe como uma evidência inicial, mas depende dos pontos de vista e dos métodos documentais para ser compreendida. Tal concepção opera a partir de duas noções conjuntas e inseparáveis: uma de natureza material (objeto como suporte), e outra conceitual (valor de conteúdo da comunicação, ou seja, informação). Assim, para ele, toda mensagem possui uma significação, e não seria possível definir qualquer documento sem que se considerasse o significado da mensagem a ser transmitida.

Meyriat (1981), portanto, ressalta que se por um lado nem todo objeto tem em sua natureza a função de se tornar um suporte de informação, por outro tal função pode lhe ser atribuída

em determinado contexto, mesmo que sua função principal seja outra. Dessa forma o documento teria uma dupla origem, já que ele pode ou não ter sido criado para tal função. Diante disso, seria no momento em que se busca a informação que um determinado objeto se faz "realmente" documento (ORTEGA; LARA, 2010).

Fondin (2005), seguindo os preceitos de Meyriat sobre as noções de documento por atribuição e documento por intenção, destaca os processos de recepção e significação. Para ele um documento só existe em razão de sua atualização e sua recepção, logo, um objeto pode "pretender ascender" ao *status* de documento (ou então configurar-se como documento por intenção), na medida em que seu emissor investe em uma troca informacional. Todavia, também adverte para as possíveis consequências no âmbito da recepção, quando qualquer objeto pode também se "metamorfosear" em documento por intenção, projetando a utilização futura de um objeto por um emissor-receptor.

O que podemos observar até aqui é que Otlet lançou o gérmen da noção de documento, entendido sinteticamente como um registro do pensamento individual e da memória coletiva humana, que tem a função de transpor ideias e servir de instrumento para cultura, ensino e pesquisa (ORTEGA; LARA, 2010).

A partir de tal noção, seus discípulos franceses e até vários autores espanhóis – Lasso de La Vega, López Yepes, Sagredo Fernández e Izquerdo Arroyo – e alguns americanos – Buckland e Rayward – difundiram essa versão clássica acrescentando elementos relacionados à comunicação e a informação (ORTEGA; LARA, 2010).

Além disso, no final do século XX e início do século XXI ocorre uma mudança de perspectiva no modo de se enxergar o documento, principalmente influenciado pela explosão digital e a consequente "evolução" da Documentação para a Redocumentarização.

Enquanto a Documentação está atrelada à explosão documental, no fim do século XIX, e o posterior desenvolvimento, no século XX, de técnicas e disciplinas para gestão e recuperação desses documentos, a ideia de Redocumentarização desenvolve-se a partir de uma necessidade de expressão plural e o redimensionamento das práticas documentais a partir do surgimento das tecnologias digitais, no final do século XX e início do século XXI (PEDAÚQUE, 2003).

Antes de definir o conceito de Redocumentação, Salaün (2007) prefere retomar a noção de "documentarizar", ação que para ele estaria relacionada à otimização do uso de um documento, o que permitira melhor acesso ao seu conteúdo e contexto. Assim, a ideia de "redocumentarizar" traria em seu bojo o mesmo objetivo que "documentarizar", com a diferença de poder realizar

uma rearticulação de conteúdos de forma mais dinâmica, principalmente com o auxílio da tecnologia digital. Dessa forma, o autor destaca que o contexto digital acaba sendo uma oportunidade para o desenvolvimento da redocumentarização. Isso e possível tanto na simples transposição de um suporte fixo para o digital - concedendo-lhe maior plasticidade -, como na dinamicidade e flexibilidade dos documentos nativamente digitais.

Com o intuito de pontuar as principais diferenças entre o contexto da Documentação e da Redocumentarização foi sintetizada a tabela feita por Salaün (2007):

Quadro 1- Documentação X Redocumentarização

	Documentação	Redocumentarização
Período	Final séc. XIX e séc.XX	Final do séc.XX e séc.XXI
Representantes teóricos	Otlet, La Fontaine, Dewey	T-Bernes-Lees, T.Nelson, Brin
Características do momento-histórico da época	Espírito científico, razão, lógica, organização dos Estados-Nação	Saber limitado, razão estatística, o indivíduo e suas opiniões, subjetividade.
Realizações	Rede mundial de bibliotecas	Google, Wikipédia

Fonte: adaptação de SALAÜN, 2007

Já Pedaúque (2003) ao falar da Redocumentarização, afirma que seria uma nova forma da Documentação, pois tentaria refletir um pouco das fragmentações, subjetividades e diversidades do contexto pós-moderno. Todavia, mesmo considerando a nítida mudança de perspectiva, ao se encarar a noção de documento hoje, é preciso lembrar-se que a herança histórica é a base para a compreensão do que é o documento digital.

Outro autor que acredita nessa "evolução documental" é Bottoni (2009). Para ele os documentos progressivamente estão se tornando "e-documentos", ou seja, passando de um suporte mais estável, só que de caráter passivo, para o formato digital, um meio mais facilmente manipulável e de caráter mais ativo e dinâmico. Nessa ótica, caberia aos usuários do documento, a partir de sua percepção, elaboração cognitiva e contexto, interpretar o conjunto de elementos que formam um documento, independente do suporte, para atribuir-lhe um significado.

O que podemos concluir até aqui, é que a partir das diferentes perspectivas acerca do documento, considerando tanto os de natureza "analógica" como digital, há em comum um conteúdo que é fixado em algum meio e que possui intrinsecamente uma intencionalidade comunicativa (SILVA, 2006). As arestas existem em ambos os lados, tanto nos analógicos, como no caso da limitação de acesso e alocação física; como nos digitais, a exemplo da questão da conservação e preservação de dados, ou mesmo o fato da união entre a mensagem e o suporte não ser algo indissolúvel. Silva (2006) ainda ressalta que na verdade, o que importa não é suporte em que a informação está registrada, mas a informação em si.

3 As Noções de documento digital

López Yepes em seu artigo *Hombre y documento: del homo sapiens al homo documentador* (1998), faz uma reflexão antropológica sobre as implicações da utilização humana das tecnologias documentais, traçando uma trajetória do *homo sapiens* ao *homo digitalis*. O autor apresenta uma trajetória antropológica que começa no *homo sapiens* (primeiro homem da era da comunicação, também denominado homem da palavra escrita); seguido do *homo videns* (homem da era da imagem) até chegar ao *homo digitalis* (homem da época da revolução da informação, influenciado pelas tecnologias e internacionalização do mundo). Nesse percurso, destaca o papel do *homo digitalis*, em espacial uma de suas manifestações a do *homo documentalis*, cidadão capaz de criar e consumir, responsavelmente, ciência e cultura, o que para o autor seriam importantes traços de um profissional do documento, no contexto da Sociedade do Conhecimento.

Dessa forma, López Yepes (1998) parte da noção genérica de documento, como uma objetivação de uma mensagem em um suporte, mas depois enfatiza sua função como elemento chave para a mediação cultural, traço que no contexto digital não se altera, ao contrário se ratifica. A noção de documento está mais consolidada e de certa forma "liberta" do suporte, já que seria uma unidade em que se representa uma mensagem com potencial utilização, independente do suporte.

Buckland concorda com tal ideia e afirma: "o aspecto mais excitante da documentação digital é a redefinição do próprio documento." (BUCKLAND, 1997, p.112).

Uma ressalva importante a ser feita a respeito de documento digital é sua diferença em relação à ideia de documento hipertextual. Lamarca Lapuente (2009) aborda tal diferença, comentando que a confusão terminológica é comum, já muitos consideram documento digital como sinônimo de documento hipertextual. No entanto, enquanto o primeiro possui um caráter mais genérico, por corresponder, tecnicamente, a um registro de *bytes* num computador, que pode estar na *web* ou ter acesso remoto; o documento hipertextual, antes de tudo é digital, por conta do meio físico em que se manifesta, mas possui a particularidade de seu modelo de organização e relação informacional, formando uma rede multisequencial de hipertextos.

Depois de compreender tal distinção entre documento hipertextual e digital, trataremos especificadamente da noção de documento digital, a partir de uma analise terminológica. A principal contribuição da Terminologia não é apenas a mera identificação dos termos, mas a "[...]validação social das escolhas de forma e de conteúdo, como expressão pragmática da obser-

vação dos discursos das comunidades de uso." Dessa forma, as estruturas de organização da informação reproduzem os contextos histórico-culturais e suas transformações no tempo e no espaço (TÁLAMO, 2001).

Como já foi mencionado anteriormente, a seleção das definições foi baseada em três critérios: delimitação temporal – período de uma década –, geográfico, autores da linha francesa e temática, autores da linha da Redocumentarização. os textos analisados foram: *L'Information et documentation- un domaine d'activité professionnelle en mutation* (MICHEL, 2000), *Document: forme, signe et medium, le reformulations de numériques* (PEDAÚQUE, 2003), *La Redocumentarisation, um défi pour les sciences de l'information* (SALAÜN, 2007), e *A La Rencontre des objets "du numérique", l'occasion d'um nouveau paradigme pour les études de communication em organisation* (COTTE, 2008).

Quanto ao método de trabalho a pesquisa divide-se em quatro etapas. A primeira fase voltou-se ao levantamento bibliográfico para a construção do corpus: o corpus de trabalho propriamente dito e o corpus de apoio, selecionando primeiramente autores franceses no período de uma década, e dentre eles aqueles que seguiam o movimento da Redocumentarização. Selecionados, iniciou-se a segunda fase do trabalho que se constituiu da leitura e coleta de termos. Nesse momento foram utilizados procedimentos terminográficos para o preenchimento de fichas terminológicas de cada termo. A terceira fase compreendeu a análise terminológica propriamente dita, com a separação das características ou atributos dos termos e sua comparação utilizando fichas terminológicas de síntese. E por fim, a partir das sínteses foi possível chegar a noção de documento digital.

Na fase de análise terminológica foi considerada a vertente contemporânea da Teoria Comunicativa da Terminologia, representada por Cabré e seus colaboradores do *Institut Universtari de Linguística Aplicada* (IULA). Um dos diferenciais dessa perspectiva contemporânea é verificar que o termo não deve ficar restrito ao âmbito normativo – visão da Terminologia clássica -, mas deve ser analisado em seus diferentes contextos discursivos. Dessa forma o termo encontra seu valor como uma unidade significativa de uma área na perspectiva do uso, ressaltando assim o aspecto contextual (CABRÉ, 1999).

Quanto à análise terminológica propriamente dita, para os procedimentos de coleta e registro dos termos em fichas terminográficas, foram combinadas as sugestões de duas autoras: Cabré e Barros. Barros (2004) fala de dois tipos de ficha, as de referências e as terminológicas, sendo que esta última se subdivide em: ficha de trabalho, síntese e remissiva. Para Cabré (1993) há três tipos de materiais: os de consulta, os destinados especificamente ao

trabalho terminográfico e os de suporte, sendo este último subdividido em: fichas de coleta, terminológica, de correspondência e de consulta. Nesse trabalho são usadas basicamente as fichas de coleta de termos, de análise e síntese.

Na ficha de coleta foram considerados os seguintes elementos: identificação do termo, fonte do termo e contexto. Na ficha de análise, além dos elementos anteriores, foi feita a divisão das características de cada definição, considerando seus aspectos físicos, materiais e subjetivos. E por fim na ficha de síntese, a partir do quadro relacional entre os diferentes contextos selecionados, foi elaborada uma proposta de definição que procurou sintetizar as principais características analisadas de cada termo.

A primeira definição analisada é a de Michel (2000), em seu artigo *L'Information et documentation- un domaine d'activité professionnelle en mutation*, em que o autor salienta a necessidade dos profissionais da informação e da Documentação repensarem suas atividades à luz das novas tecnologias de comunicação e informação, destacando o papel do documento digital e seu impacto no contexto desses profissionais. Nesse ponto, Michel (2000) faz uma detalhada definição da noção de documento digital, não simplesmente como uma acepção objetiva, mas apontando as diferentes características, que segundo o autor, combinadas, é que seriam capazes de constituir a noção de documento digital.

As principais características apontadas por Michel (2000), para o documento digital são: a facilidade de ser armazenado, localizado e recuperado; a flexibilidade de seu formato; a disponibilidade instantânea à distância; e poder relacionar-se com outros documentos (hiperdocumento). Dessa forma, em comparação ao documento tradicional, o autor destaca que o documento digital conseguiria, mas intensamente, refletir as necessidades de comunicação humana, já que funcionaria como um vetor de expressão de sentido, mais aberto e universal que o documento tradicional.

Pedaúque (2003) ao invés de falar de documento tradicional e digital, ressalta simplesmente a noção de documento, que para ele estaria associada aos contratos de dimensão antropológica, intelectual e social que estabelecemos para vivermos em conjunto, constatando assim que a perspectiva digital seria apenas uma modalidade desse "contrato social". Assim, o documento digital seria um conjunto de dados organizados segundo uma estrutura estável e associada a regras que permitiriam sua legibilidade partilhada entre o criador e os leitores. Além disso, o autor ressalta que essa modalidade de documento é constituída de três aspectos: a forma (como objeto material ou imaterial); o signo (como portador de sentido); e o meio (como vetor de comunicação).

Tais perspectivas também estão presentes nos estudos de Salaün (2007) que retoma a visão triádica de Pedaúque – mo-

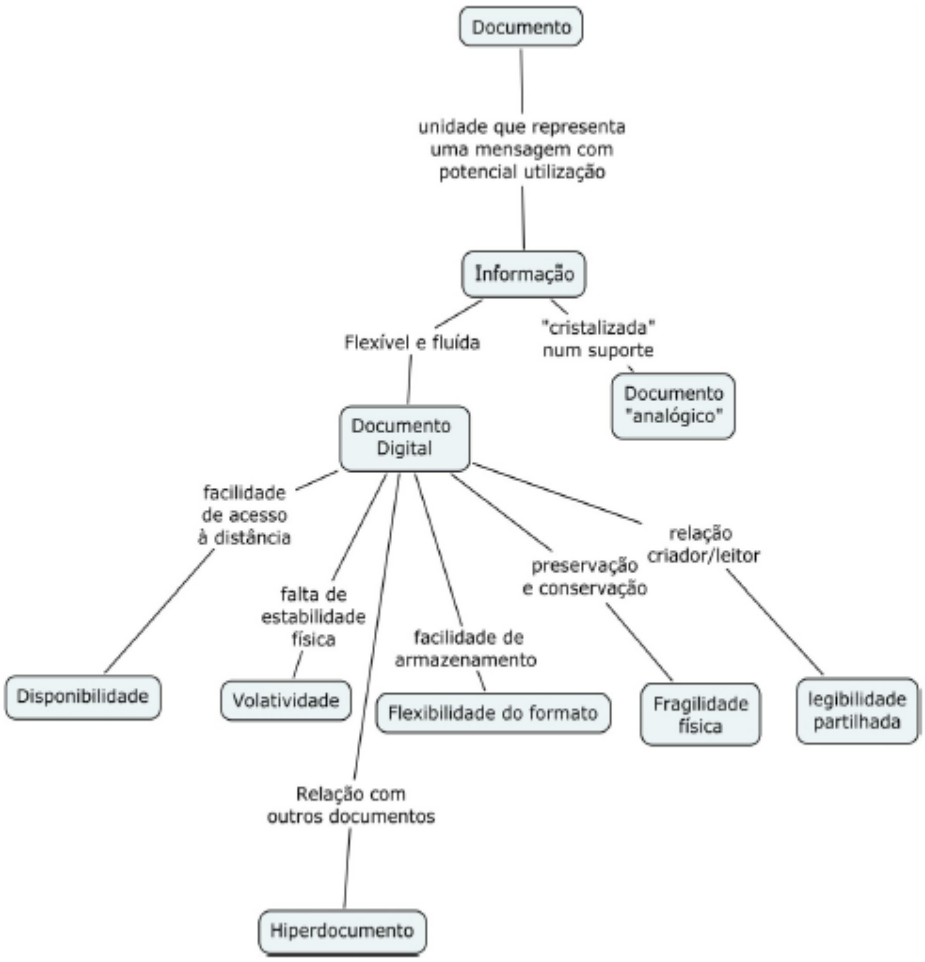
dalidade antropológica (legibilidade-percepção, forma-signo); intelectual (inteligibilidade-assimilação, texto-conteúdo); e social (socialibilidade - integração, meio-relação). Tais modalidades, em conjunto, funcionam como um contrato social os homens, cujas qualidades antropológicas (legibilidade - percepção), intelectuais (compreensão - assimilação) e sociais, propriamente ditas (integração social) são responsáveis por caracterizar os traços de humanidade e de representarem os aspectos *sui generis* da vida em sociedade (PEDAÚQUE, 2003).

Além disso, ressalta o papel da Redocumentação na compreensão atual da noção de documento digital. Para ele, as discussões trazidas no bojo do contexto da Redocumentação deslocaram a questão do suporte do documento, antes considerada uma questão-chave de sua natureza, para a questão da estrutura manifestada numa relação contígua de forma e conteúdo.

Cotte (2008), também considerando os estudos da Redocumentarização e a proximidade entre informação e documento, ressalta a importância documental no seio de um sistema de informação. A informação cada vez mais flexível e fluída exige que a materialidade do documento não se cristalize em um suporte apenas. Com isso, no âmbito digital, temos o documento podendo se "materializar" em diferentes meios, com destaque para o meio digital. Nesse ponto, autora lembra que o qualificativo "digital" muitas vezes é considerado como um estatuto científico, ou uma noção distinta do documento "tradicional". Na verdade, ela destaca que mesmo o meio digital permitindo uma modificação dos "contornos" do documento, não podemos nos esquecer de que o fato de estar no meio digital é um estado transitório de seu ciclo de vida e não um caráter definitivo.

Com o intuito de sintetizar a noção de documento digital foi elaborado um mapa conceitual. Porém para tal construção de conceitos, foi necessária a inclusão do termo documento, já que, como já foi mencionado anteriormente, segundo os autores analisados, a noção de "documento digital" é apenas uma modalidade do conceito documento.

Figura 1- Mapa conceitual de Documento Digital



Fonte: Elaboração do autor

A partir da observação do mapa conceitual constatamos que a noção de documento digital, está antes de tudo atrelada não só a noção de documento, como de informação. Independente da modalidade documental ou do meio em que o documento se manifesta, a função precípua do documento é a mesma, representar uma mensagem que tenha potencial utilização, a informação. Dessa forma, o documento digital, com seus aspectos positivos e negativos, como qualquer outra modalidade, é apenas uma manifestação do documento em determinado meio, ou como afirma Michel (2000), um "vetor de expressão de sentido".

4 Considerações finais

A noção de documento digital, antes de tudo, nos faz voltar-nos à noção inicial de documento. Não há como não se destacar a importância do documento digital como um "objeto" de interatividade, por propiciar maior rapidez e fluidez na recuperação e comunicação informacional. Contudo, qualquer definição sobre documento digital traz em seu bojo o conceito geral de documento, e com ele a função principal que não muda: "[...] ser uma unidade em que se representa uma mensagem com potencial utilização." (LÓPEZ YEPES, 1998, p.25).

Diante disso, podemos pensar que o "digital", assim como o "analógico" são meros qualificativos, e não uma nova tipologia. É claro que cada caráter traz consigo uma gama de traços distintivos, responsáveis por caracterizá-los, mas não devem ser encarados de forma isolada e sem considerar a essência do documento, que é cumprir uma função social. Dessa forma, temos tanto aspectos positivos como negativos do caráter digital. Como pontos positivos podemos citar sua facilidade de ser acessado, reproduzido, transmitido e armazenado, permitindo maior interação com o usuário. Já como pontos negativos, teríamos principalmente a fragilidade física e sua falta de estabilidade, que pode acarretar volatilidade (CODINA, 1996, p. 70).

Mesmo com as vantagens e desvantagens da modalidade digital, temos que nos atentar para o fato de que por ser documento surge para responder uma necessidade humana, independentemente do modo que é materializada. Cumprindo tal papel possibilita criar estabilidades, mesmo num ambiente cheio de mudanças, assim como também está vulnerável às adaptações circunstanciais. Terminamos assim, retomando Levy, dizendo que o que leva algo a ser fixo ou fluido é na verdade o contexto.

The Concept of digital document: a terminological approach

ABSTRACT

The notion of document until the early twentieth century, were mainly associated with material in which the records were set for information. However, after this period, a change of perspective in the way of seeing the document, Redocumentation, who emphasized the role of the document as a key to cultural mediation. However, beyond that sociocultural bias arises in this context of social and technological changes, the notion of digital document. This concept, although its spread has brought some terminological confusion, as the fact of being overestimated over the "conventional document" or even considered as a synonym for hypertext document. Considering these ambiguities and in order to understand the nature of the digital document is an analysis of terminological definition. For this we used two approaches: first was the literature review, aiming to reclaim the context of origin and emergence of the digital document, and a second moment was applied research, using the techniques of terminological analysis, with use of terminological aid of concept

maps. Finally, it was concluded that despite the dynamic and fluid nature of the digital document, it is only a modality of the concept document, which in the digital environment does not weaken, rather confirms it.

KEYWORDS: Document. Digital Document. Redocumentation. Terminology.

La Noción de documento digital: um enfoque terminológico

RESUMEN

La noción de documento, hasta el siglo XX, se coliga principalmente con el material de los registros que se establecen la información. Sin embargo, después de este período, se produjo un cambio de perspectiva en la manera de ver el documento. En la Redocumentarização, se destacó el papel del documento como una clave para la mediación cultural. No obstante, más allá de este sesgo socio-cultural se plantea en este contexto de cambios sociales y tecnológicos, el concepto de documento digital. Este concepto, aunque su expansión ha llevado a cierta confusión terminológica, ya que el hecho de ser sobrestimada en detrimento de la "tradición documental", o incluso entenderse como sinónimo de documento de hipertexto. Teniendo en cuenta estos malentendidos y con el fin de comprender la naturaleza del documento digital, es pertinente un análisis de definición terminológica. Para ello, hemos utilizado dos procedimientos metodológicos: la primera revisión de la literatura, con el objetivo de recuperar su contexto original y la aparición del documento digital, y luego la investigación aplicada, utilizando las técnicas de análisis terminológico, uso de mapas conceptuales y fichas terminográficas . Por último, se encontró que, a pesar de la naturaleza dinámica y fluida del documento digital, es sólo una forma del documento de reflexión, que en el entorno digital no debilita, sino que lo confirma.

PALABRAS CLAVE: Documento. Documento digital. Redocumentarización. Terminología.

Referências

BARROS, L.A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BOTTONI, P. et al. E-Document management in situated interactivity: the WIL approach. **University Access Information Society**, Heidelberg, n.8, p.137-153, 2009.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industriales et Techniques, 1951. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf/>. Acesso em: 10 mar. 2010.

BUCKLAND, M. K. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v.48, n.9, p. 804-809, Sept., 1997.

CABRÉ, M.T. **La Terminología**: representación y comunicación. Barcelona: IULA-UPF, 1999.

CODINA, L. **El Libre digital**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1996.

COTTE, D. A La rencontre des objets "du numérique", l'occasion d'un nouveau paradigme pour les études de communication en organisation? **Sciences de la Societé**, n.75, Oct. 2008.

DRUCKER. J. Excerpts and entanglements. In: SKARE, R. ; LUND, Windfeld Niels ; VARHEIM, A. (Eds.) **A Document(re)turn**. Frankfurt am Main : Peter Lang, 2007. p 41–51.

ESCARPIT, R. **Théorie générale de l'information et de la communication**. Paris : Hachette Université, 1976.

FONDIN, H. La Science de l'information ou le pois de l'histoire. **Les Enjeux de l'Information et de la Communication**, Grenoble, 2005. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html>. Acesso em: 25 maio, 2010.

HAYLES, K.H. Translating media: why we should rethink textuality. **The Yale Journal of Criticism**, Baltimore, v. 16, n. 2, p.263-290, 2003.

INSTITUT FOR HUMAN AND MACHINE COGNITION. **CmapTool**s. Florida: The University of West Florida, 2007. Disponível em: <http://cmap.ihmc.us > Acesso em: 29 maio 2012.

LAMARCA LAPUENTE, M. J. **Hipertexto**: el nuevo concepto de documento en la cultura de la imagen. 2009. Tesis (Doctorado en Fundamentos, Metodología y Aplicaciones de las Tecnologías Documentales y Procesamiento de la Información) – Faculdad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <http://www.hipertexto.info/ > Acesso em: 28 jan. 2011.

LEVY, D. Fixed or fluid? Document stability and new media. In: EUROPEAN CONFERENCE ON HYPERTEXT TECHNOLOGY, Sept. 1994, New York. **Proceedings**… New York: Association for Computing Machinery, 1994. p.24-31.

LÓPEZ YEPES, J. Hombre y documento: del homo sapiens al homo documentador. **Scire**, Zaragoza, v.4, n.2., jul-dec., 1998.

LUND, N. W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 43, p. 399-432, 2009.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation** : revue de l'Association Internationale de Bibliologie, Noyers-sur-Serein, n. 14, p. 51-63, 2. trim., 1981.

MICHEL, J. L'Information et documentation un domaine d'activité professionnelle en mutation : LCN Les Métiers du Numérique. **Hermès**, v. 1, n.3, p. 47-64, 2000. Disponível em : <http://www.enpc.fr/~michel-j/publi/JM328.htm> Acesso em: 15 jun. 2010.

ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n. especial, p.59-79, 2009.

ORTEGA, C. ; LARA, M. L. G. A Noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero**: revista de Ciência da Informação, v.11, n.2, abr. 2010.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Murcia: Universidad de Murcia, 1997.

PÉDAUQUE. R. Document: forme, signe et medium, le reformulations de numériques. STIC-CNRS, 8 jui., 2003. Disponível em: <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00000511.html> Acesso em: 23 jul. 2010.

RABELLO, R. **O Documento na Ciência da Informação**: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e metodológica. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

SALAÜN, J.M. La Redocumentarisation, um défi pour les sciences de l´information. **Études de Communications**, Villeneuve d'Ascq Cedex, v.30, 2007.

SILVA, A. B. M. **Documento e informação**: as questões ontológica e epistemológica. Porto : Universidade do Porto, 2006. Disponível em:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4815.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

TÁLAMO, M. F. G. M. Terminologia e documentação. **Tradterm**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 141-151, 2001.

ZACKLAD, M. Documents for Action(DofA): infrastructures for distributed collective practices. In: WORKSHOP OF THE CSCW, Chicago, 2004. **Proceedings**… Chicago, 2005. Disponível em: <http://tech-*web*-n2.utt.fr/cscw04/Zacklad.pdf> Acesso em: 16 jan. 2011.

Jessica Camara Siqueira
Doutoranda em Letras pela Universidade de São Paulo (USP).
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP).
Especialista em Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).
Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP).
Licenciada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP).
Bolsista CNPq da Agência USP de Inovação.
E-mail: jessica.camara@yahoo.com.br

Recebido em: 05/11/2011

Aceito em: 11/06/2012